

MARCA DO PARA 15 DE AGOSTO

FIM DA DESMOBILIZAÇÃO DEPENDE DAS NAÇÕES UNIDAS

— Presidente Chissano após receber missão do Conselho de Segurança

O Governo moçambicano anunciou ontem, em Maputo, que a conclusão do processo de desmobilização marcada para o próximo dia 15 de Agosto corrente, com mais de uma semana de tolerância, depende agora da ONUMOZ. O Presidente da República, Joaquim Chissano, disse à imprensa que o Executivo já procedeu à entrega das listas dos soldados que devem ser desmobilizados à Unidade Técnica da ONU no nosso país. Ontem, o Presidente Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, avistaram-se com a missão do Conselho de Segurança daquele organismo supranacional de visita ao país desde domingo último, tendo reafirmado a vontade de que as primeiras eleições multipartidárias tenham lugar nos dias 27 e 28 de Outubro próximo, conforme está agendado.

A delegação do Conselho de Segurança das Nações Unidas veio a Moçambique com uma missão específica: transmitir ao Governo e ao movimento de Afonso Dhlakama a mensagem de que as eleições legislativas e presidenciais marcadas para 27 e 28 de Outubro próximo não podem ser adiadas.

O outro "recado" que a missão transporta na sua bagagem tem a ver com a necessidade de se completar a desmobilização de todas as forças militares de ambos os lados (Governo e Renamo) até ao dia 15 de Agosto de 1994, e a necessidade de as partes assegurarem que as eleições tenham lugar nas datas previstas e nas condições preconizadas no acordo.

Ontem, a delegação do Conselho de Segurança foi recebida pelo Presidente da República, Joaquim Chissano, e pelo líder da Renamo, Afonso Dhlakama.

— (...) Explicámos que é nosso desejo, do Governo e do Partido Frelimo, que as eleições tenham lugar nos dias 27 e 28 de Outubro e que estávamos a fazer tudo para que isso acontecesse" — esta a primeira reacção do Chefe do Estado moçambicano, momentos após ter recebido em audiência a missão da ONU.

Na vertente desmobilização, Chissano garantiu que "o Governo já fez tudo que era do seu lado, portanto a entrega de listas dos soldados que devem ser desmobilizados, e esperamos que as Nações Unidas possam desenvolver acções que nos permitam desmobilizar rapidamente".

O Presidente da República afirmou que "nós já começámos, como sabem, com a extinção de todas as unidades militares, no sentido de passá-las para as novas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), e em tempo útil teremos terminado esse trabalho.

Só que a efectiva desmobilização, no sentido de envio das pessoas para as suas zonas de origem, dependerá do trabalho que a Unidade Técnica de Desmobilização da ONUMOZ deverá fazer com maior celeridade, e eu penso que é possível com um pouco mais de concentração de esforços".

Quisemos também saber do Presidente da República se o seu Executivo aceitaria os resultados das eleições de Outubro próximo, uma das preocupações que consta da agenda da missão do Conselho de Segurança da ONU. A este respeito, Joaquim Chissano respondeu pela positiva.

Disse ainda que "da parte do Governo, nós perdendo ou ganhando as eleições, temos uma preocupação fundamental que é a garantia da continuidade de paz, garantia da estabilidade e do processo de desenvolvimento económico do país, feito de uma forma sustentada (...)".

O estadista moçambicano é de opinião que o país não deverá "andar para trás por causa de querelas mesquinhas", sustentando que o vencedor do sufrágio tem o dever de tudo fazer para que a estabilidade, paz e progresso continuem.

Os mandatários do Conselho de Segurança das Nações Unidas avistaram-se depois com o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e puseram na mesa das conversações a mesma agenda.

Depois da audiência, Dhlakama veio à imprensa dizer que o seu movimento jamais recorrerá às armas. Uma vez mais tocou na questão da formação das futuras Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), para acusar o Governo moçambicano de não estar preocupado com o Exército nacional único.

"O Governo está preocupado em investir na Polícia de Intervenção

entenderam e pedi um apoio para que aconselhem o Governo e a Renamo para tentarmos resolver estas questões todas antes do início da campanha eleitoral".

Quanto à aceitação ou não do resultado das eleições, Dhlakama foi peremptório ao assegurar que se as eleições forem livres e justas, o seu movimento seria "o primeiro a aceitar e é exactamente isso que nós (Renamo) queremos".

A missão do Conselho de Segurança da ONU chegou domingo ao país e hoje vai reunir-se com os membros internacionais das comissões criadas ao abrigo do AGP e com os embaixadores dos países membros do Conselho de Segurança.

Rápida (PIR), na Polícia da República de Moçambique (PRM), que são forças não apartidárias. (...) Lamentei bastante porque o Governo moçambicano não está a investir no futuro Exército nacional (...) — declarou Dhlakama, falando a jornalistas.

Mas o líder da Renamo não deixou de se mostrar satisfeito, "porque eles